

PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NA INSERÇÃO DA POPULAÇÃO TRANS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

AUTORES

Autor: Lilian de Fatima Zanoni Nogueira, (NOGUEIRA, 2025) UNISO/UNIFESP; Maria Luísa Corrêa Muniz (MUNIZ, 2025) – IFPE. Campus Abreu e Lima; Barbara Iansã de Lima Barroso, (BARROSO, 2025) - Universidade Federal de São Paulo /UNIFESP; Gabriel Barbeta, (BARBETA,2025) - Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio/ Ceunsp; Gabriella de Freitas Coelho, (COELHO, 2025) - Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP.

Palavras chave: Deficiência; Pessoas Trans; Interseccionalidade; Políticas Públicas de Saúde, Trabalho

Resumo

INTRODUÇÃO: Constata-se uma lacuna estrutural nas discussões sobre trabalho e direitos no Brasil. A sobreposição de condições de existir, produz formas particulares de vulnerabilidade para inserção no mercado de trabalho que raramente estão contempladas nos debates acadêmicos e institucionais. **OBJETIVO:** Refletir sobre desafios e possibilidades de inclusão no trabalho a partir de uma perspectiva interseccional no que diz respeito às pessoas que vivem simultaneamente as experiências de ser trans, travestis ou não binárias e com deficiência. **METODOLOGIA:** Pesquisa qualitativa de caráter teórico-reflexivo, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de dados secundários, conduzida a partir da perspectiva interseccional. **RESULTADOS:** Embora a Constituição Federal de 1988 e legislações correlatas assegurem princípios de igualdade, observa-se, na realidade cotidiana, precarização, exclusão sistemática e ausência de políticas públicas para inserção e permanência em empregos formais. No caso das pessoas trans, travestis e não binárias, estudos da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apontam que cerca de 90% recorrem à prostituição como meio de sobrevivência diante das barreiras de acesso ao emprego formal. Já as pessoas com deficiência, mesmo amparadas pela Lei de Cotas desde 1991, ainda enfrentam taxas expressivas de desemprego e subemprego. A análise, apoiada em Crenshaw (1989, 1991), Hill Collins (2019), Thomsen (2016), Butler (2009) e autoras latino-americanas, evidenciam como gênero, raça, classe e deficiência operam conjuntamente na produção das desigualdades. Esse debate é enriquecido pelas contribuições de Amartya Sen (2000) e Martha Nussbaum (2011) sobre capacidades humanas, ressaltando garantias reais de autonomia, e por Christophe Dejours (1992, 2004, 2023) que destaca centralidade do trabalho na constituição da subjetividade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O cruzamento entre teoria e dados empíricos evidencia que a exclusão da população trans com deficiência no mercado de trabalho não é resultado de falhas individuais, mas de sistemas estruturais de opressão. A impossibilidade de acesso ao emprego formal priva pessoas trans com deficiência do reconhecimento social e da dignidade associada à participação produtiva. Políticas inclusivas devem ir além de vagas, contemplando programas de

permanência, ações de combate à discriminação, capacitação de equipes de recursos humanos sensíveis às diversidades e incentivos fiscais para empresas que implementem contratações efetivas. A inclusão laboral dessa população é condição indispensável para a promoção da cidadania e da justiça social, significando não apenas gerar emprego, mas construir uma sociedade que reconheça dignidade e potencialidade de todas as pessoas.

- **Definição do Eixo temático prioritário:** Eixo 10: Raça, gênero e corpos com deficiência: interseccionalidade e desafios contemporâneos.

- **Definição do Eixo temático secundário:** Eixo 12: Trabalho e Direitos das pessoas com deficiência: experiências e intervenções nos territórios.

- **Fonte de financiamento:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2025/06332-2 e 2023/10262-4.

Conflito de interesses: Não há